



O ESPAÇO GEOGRÁFICO AO LONGO DAS CORRENTES DA GEOGRAFIA: UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA

Iago Sales de Paula^{1*}, Maria da Conceição Marques de Souza¹, Pollyana Furtado Machado Anute¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6380-0289>; <https://orcid.org/0000-0002-5738-0636>;
<https://orcid.org/0000-0002-2715-4515>.

¹Discente da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

*iago.ufac@gmail.com

Recebido em: 23/03/2021; Aceito em: 18/06/2021; Publicado em: 30/07/2021

DOI: <https://doi.org/10.47418/uaquiri.vol3.n1.2021.4623>

RESUMO

Não há dúvidas de que nos dias atuais o espaço se configura como o objeto da Geografia, sobre o qual todas as demais categorias (território, região, lugar, paisagem e natureza) estão assentadas. Tendo tanta importância, podemos ter a impressão que, desde a institucionalização da Geografia, por volta de 1870, o espaço já se configurava com tal imponência, o que na verdade só veio a se concretizar mais à frente. Durante a Geografia Tradicional o espaço era tratado com pouca importância e, em alguns casos, de forma um pouco confusa, muito próximo da categoria de território. Friedrich Ratzel (1844 – 1904), Vidal de La Blache (1845 – 1918) e Richard Hartshorne (1899 – 1992) foram os principais geógrafos que fizeram contribuições importantes sobre o espaço nesse período. Com o advento da Nova Geografia, novas metodologias passam a ser implementadas na Geografia, de forma que o espaço começa a ser discutido por alguns geógrafos como o objeto da ciência geográfica. Nos basearemos nos escritos de Antonio Christofolletti e David Harvey para explanar o modo como o espaço foi abordado durante essa corrente, mas veremos que, mesmo recebendo maior destaque, o tratamento que essa categoria recebeu não diferenciou muito daquele empregado durante a Geografia Tradicional, com características mais técnicas e descritivas. É somente na Geografia Crítica que o espaço passa a ser considerado efetivamente como o objeto dessa ciência, recebendo também uma nova abordagem, não mais descritiva, a qual analisaremos a partir dos pensamentos de Henri Lefévre (1901 – 1991) e Milton Santos (1926 – 2001). **Palavras-chave:** Espaço; Geografia; Correntes Geográficas.

THE GEOGRAPHICAL SPACE ALONG GEOGRAPHY CHAINS: AN EPISTEMOLOGICAL APPROACH

ABSTRACT

There is no doubt that today space is configured as the object of Geography, on which all other categories (territory, region, place, landscape and nature) are based. Having so much importance and appearing so frequently in the geographic literature, we can have the impression that, since the institutionalization of Geography, around 1870, the space was already configured with such magnificence, which in fact only came to be realized later on. During Traditional Geography, space was treated with little importance and, in some cases, in a slightly confused way, very close to the category of territory. Friedrich Ratzel

(1844 - 1904), Vidal de La Blache (1845 - 1918) and Richard Hartshorne (1899 - 1992) were the main geographers who made important contributions to space during this period. With the advent of New Geography, new methodologies are being implemented in Geography, so that the space begins to be discussed by some geographers as the object of geographic science. We will base ourselves on the writings of Antonio Christofolletti and David Harvey to explain how the space was approached during this current, but we will see that, even receiving more emphasis, the treatment that this category received did not differ much from that used during Traditional Geography, with characteristics more technical and descriptive. It is only in Critical Geography that space is effectively considered as the object of this science, also receiving a new, no longer descriptive approach, which we will analyze from the thoughts of Henri Lefébvre (1901 - 1991) and Milton Santos (1926 - 2001).

Keywords: Space; Geography; Geographic Currents.

EL ESPACIO GEOGRÁFICO A LO LARGO DE CADENAS GEOGRÁFICAS: UN ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO

RESUMEN

No cabe duda de que hoy en día el espacio se configura como el objeto de la Geografía, en el que se asientan todas las demás categorías (territorio, región, lugar, paisaje y naturaleza). Teniendo tanta importancia y apareciendo con tanta frecuencia en la literatura geográfica, podemos tener la impresión de que, desde la institucionalización de la Geografía, hacia 1870, el espacio ya estaba configurado con tal magnificencia, que de hecho solo llegó a realizarse más tarde. Durante la Geografía Tradicional, el espacio fue tratado con poca importancia y, en algunos casos, un poco confuso, muy cercano a la categoría de territorio. Friedrich Ratzel (1844-1904), Vidal de La Blache (1845-1918) y Richard Hartshorne (1899-1992) fueron los principales geógrafos que realizaron importantes aportaciones al espacio durante este período. Con la llegada de la Nueva Geografía, se están implementando nuevas metodologías en Geografía, por lo que el espacio comienza a ser discutido por algunos geógrafos como objeto de la ciencia geográfica. Nos basaremos en los escritos de Antonio Christofolletti y David Harvey para explicar cómo se abordó el espacio durante esta corriente, pero veremos que, cobrando aún más protagonismo, el trato que recibió esta categoría no difirió mucho del utilizado durante la Tradicional Geografía, con características más técnicas y descriptivas. Es solo en Geografía Crítica que el espacio es efectivamente considerado como el objeto de esta ciencia, recibiendo también un nuevo enfoque, ya no descriptivo, que analizaremos a partir de los pensamientos de Henri Lefébvre (1901 - 1991) y Milton Santos (1926 - 2001).

Palabras llave: Espacio; Geografía; Corrientes geográficas.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o espaço, visto como uma dimensão relacional, é tido como o objeto principal da Geografia, em torno do qual todas as demais categorias geográficas (território, região, lugar e paisagem) estão inseridas. Entretanto, desde que essa disciplina se estabeleceu como uma ciência acadêmica, por volta de 1870, o espaço nem sempre teve essa importância nas análises realizadas pelos geógrafos, pelo contrário, ele passou por diversas e diferentes abordagens ao longo da história da Geografia.

De acordo com Suertegaray (2001), a Geografia, enquanto área do conhecimento autônoma, sempre teve como foco compreender a relação entre o homem e o meio que o cerca, algo que confere a si uma característica única entre as demais ciências, classificadas sempre em sociais ou naturais. Apesar de tal característica ser um privilégio, acabou representando também

um obstáculo para que a Geografia conseguisse definir seu método e seu objeto de estudo, pois o social e o natural possuem métodos e objetos distintos e que muitas vezes seguem direções distintas. Entendemos hoje que o campo de estudos da Geografia é o espaço geográfico, mas nem sempre foi assim.

Holanda (2008) explica que se atualmente o espaço é tido como um dos principais pilares da Geografia para se estudar as questões sociais, não o era até a década de 1970, não sendo considerado até então como uma categoria importante para tais análises, pois a visão de espaço geográfico estava muito atrelada às questões naturais, já que essa era a premissa não apenas da Geografia, mas de outras ciências humanas.

Já Milton Santos (2004) afirma que o espaço só se tornou o objeto da Geografia a partir do momento em que os geógrafos pararam (mesmo que tardiamente) de se dedicar apenas aos estudos da Geografia em si, e começaram a se debruçar sobre seu objeto de estudos. De acordo com Holanda (2008) a Geografia é uma ciência que analisa, interpreta e produz conhecimento a partir da realidade em curso, ou seja, compreende e explica o presente através de seu objeto, o espaço, que por sua vez, não pode ter limites preestabelecidos, pois trata-se de uma instância social que resulta da própria sociedade através da materialidade das ações humanas.

Assim, mediante esses apontamentos, nos propomos a responder duas perguntas, a nosso ver, centrais nesse artigo: 1) como o conceito de espaço foi abordado pelos geógrafos desde que a Geografia foi institucionalizada? 2) Como ele perpassou durante os diferentes períodos da história geográfica, também denominados de correntes geográficas? O objetivo central desse trabalho é compreender a forma como o espaço se tornou o objeto central da Geografia.

Para responder a esses questionamentos, abordaremos três correntes geográficas muito recorrentes na literatura quando nos referimos à categoria espaço: a Geografia Tradicional, na qual analisaremos os apontamentos feitos por Friedrich Ratzel (1844 – 1904), Vidal de La Blache (1845 – 1918) e Richard Hartshorne (1899 – 1992); a Nova Geografia, a partir das ideias de Antonio Christofolletti e David Harvey; e a Geografia Crítica, com Henri Lefébvre (1901 – 1991) e Milton Santos (1926 – 2001). É claro que existem muitos outros autores dentro dessas correntes que também possuem uma ampla bibliografia sobre o espaço. Todavia, optamos pelos pensadores citados acima pelo fato de os mesmos sempre figurarem como referências na ampla gama de trabalhos acadêmicos e escolares quando versam sobre as questões espaciais a partir da lógica das respectivas correntes geográficas.

2. A GEOGRAFIA TRADICIONAL E AS PRIMEIRAS ABORDAGENS SOBRE O ESPAÇO

Denominamos de Geografia Tradicional um conjunto de correntes que coexistiram durante o período de 1870, quando a Geografia se institucionalizou como uma ciência acadêmica, até aproximadamente 1950, período em que ocorreu a denominada *revolução teórica-quantitativa*. (CORRÊA, 2000). Essa vertente tradicionalista tinha como fundamento filosófico principal o Positivismo.

Corrêa (2000) explica que durante esse período o espaço não era tido como uma categoria primordial da Geografia, aparecendo de maneira muito vaga nos escritos de Friedrich Ratzel, Vidal de La Blache e Richard Hartshorne. De acordo com Suertegaray (2001), o conceito de *espaço natural* ganhou grande repercussão nas análises geográficas, visto que o estudo do ambiente físico era considerado de suma importância, e se dava a partir da paisagem natural. Friedrich Ratzel e Vidal de La Blache, por exemplo, propunham, ainda que de forma diferente, um objeto para a Geografia centrado na relação homem-meio (natureza). Dessa maneira, a Geografia acabava trabalhando mais com a ideia de comunidade do que com o conceito de sociedade.

Todavia, é preciso ressaltar que, teoricamente, havia sim uma preocupação em se realizar análises espaciais, pois de acordo com as propostas de Kant, a História era a responsável por analisar os eventos ocorridos no tempo, e à Geografia cabia a tarefa de estudar os fenômenos ocorridos no espaço. (SANTOS, 2004). Em síntese, enquanto a História era a responsável por organizar os eventos de forma temporal, cabia à Geografia os organizar espacialmente, de acordo com a organização histórica. Entretanto, isso não significa que a Geografia não possa fazer tal exercício, desde que ele seja realizado de forma concisa e realizando as devidas reflexões.

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1977, p. 81. Grifo do autor)

Tido como o principal geógrafo do denominado determinismo, Ratzel afirmava que o espaço era a base primordial da vida humana, pois era ele que propiciava as condições naturais

ou sociais do homem. Dessa forma, ter domínio pleno sobre o espaço era essencial para manter a base da vida e garantir a evolução da humanidade. Em sua obra *Antropogeografia*, Friedrich Ratzel elabora o conceito de *espaço vital*, que significa o equilíbrio entre os recursos naturais que uma determinada sociedade necessita para seu desenvolvimento tecnológico. (CORRÊA, 2000).

Cazarotto (2000) esclarece ainda que Friedrich Ratzel elaborou essa ideia de espaço em um período histórico no qual as atuais territorialidades (Estado/Nação) estavam se constituindo e se consolidando na Alemanha. Por isso, ao lermos suas obras, podemos perceber que os conceitos de espaço e território aparecem de maneira muito próxima, não que um seja sinônimo do outro, mas ambos estão, de certa forma, relacionados.

Assim, pode-se entender o espaço vital como o espaço de vida, da territorialidade instituída, onde se encontram as condições essenciais da vida, como matéria e energia. Por seu turno, esse espaço deve ser defendido pelos membros da coletividade, visando proporcionar as condições de existência de todas as formas de vida, nas gerações presentes e futuras. Constata-se ainda que na concepção de espaço vital, em Ratzel, aparece com muito mais ênfase a ideia de defesa do território do que a ideia de ampliar ou expandir o mesmo. (CAZAROTTO, 2000, p. 39).

O território, portanto, não equivalia ao espaço, embora as vezes, possamos ter essa impressão ao lermos os escritos de Ratzel. O espaço era o *locus* onde se tinham condições necessárias para a sobrevivência e o desenvolvimento da população, no qual o poder estatal estava plenamente constituído. De acordo com Rocha (2008) o território era a concretização formal desse espaço. “O espaço ratzeliano era o espaço do poder estatal, consolidado por intermédio da expansão territorial. O território para Ratzel seria a concretização formal do espaço, consolidada pela ocupação de uma determinada área por um grupo humano exclusivo.” (ROCHA, 2008, p. 129).

Já Vidal de La Blache, importante geógrafo francês e mentor do possibilismo, nos apresenta uma outra perspectiva sobre o espaço. Para ele, a Geografia Humana deve abordar tanto questões naturais quanto questões humanas, desde que ambas sejam estudadas de forma conjunta. (BRAGA, 2007). Vidal La Blache criticava de maneira contundente a visão Ratzeliana de espaço, pois a mesma acabava naturalizando o homem e tratando-o simplesmente como um componente do espaço geográfico que não tinha nenhuma autonomia. De acordo com ele, ao mesmo tempo em que o homem tem domínio sobre a natureza, a mesma tem domínio sobre o homem.

Dessa forma, o espaço era definido por La Blache como o local onde ambos (homem e natureza) coabitam e se adaptam. O homem, ao transformar o meio natural de acordo com suas necessidades, acaba enraizando suas técnicas e seu modo de vida. A cultura (modo de vida) impressa nesse meio natural acaba gerando um território. Dentro de toda essa conjuntura, o espaço seria, portanto, a coabitação entre o homem e a natureza e tal relação é permeada pela intencionalidade humana. Vidal de La Blache (1911 *apud* Santos, 2004) propôs ainda o conceito de *gênero de vida*, e com base em tal conceito, “[...] o espaço como objeto de estudo seria o resultado de uma interação entre uma sociedade localizada e um dado meio natural: um argumento sob medida para reforçar a ideia de região como unidade do estudo geográfico.” (SANTOS, 2004, p. 36).

Por fim, dentro dessa linha geográfica tradicional merecem destaque também os pontos de vista de Richard Hartshorne, que de acordo com Corrêa (2006), afirma que o conceito de espaço é essencial para os geógrafos, pois cabe a eles descrever e analisar seus fenômenos e suas interações. O espaço é, portanto, absoluto, isto é:

Um conjunto de pontos que têm existência em si, sendo independente de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva da experiência, sendo apenas intuitivamente utilizado na experiência. Trata-se de uma visão kantiana, por sua vez influenciada por Newton, em que o espaço (e o tempo) associa-se a todas as dimensões da vida. (CORRÊA, 2006, p 18).

Em outras palavras, o espaço seria o local onde todos os fenômenos ocorrem. É uma área que não possui fronteiras ou demarcações pré-definidas, mas que existe de maneira abstrata e não real, dependendo sempre dos fenômenos que ocorrem dentro de si. Richard Hartshorne concorda com a ideia de Vidal de La Blache, de que dentro de uma mesma área ocorrem fenômenos naturais e sociais. Dessa forma, cada área do espaço absoluto possui uma combinação única na qual não é possível realizar generalizações. Cada área é, portanto, única.

Assim, algumas características em comum permeiam as ideias desses três autores, sendo a principal delas a descrição do espaço e não sua compreensão aprofundada, algo de certa forma compreensível, pois dentro da corrente tradicional era esse o método que permeava todos os estudos. Outra característica marcante nessa etapa tradicional da Geografia é que a mesma não priorizava o espaço e nem fazia dele seu objeto de estudos.

Destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a Geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo ‘uma viúva do espaço’. Para esse resultado contribuiu o fato de terem sido perdidos muito esforço e muito talento na busca de soluções imediatistas para problemas considerados imediatos, em perseguir respostas particulares para problemas considerados específicos. Acabamos por isso tendo uma multiplicidade tão grande de

Geografias que justificaria a um espírito irônico dizer que, nos dias de hoje, há muitas Geografias, mas nenhuma Geografia. (SANTOS, 2004, p. 119).

Vale destacar ainda que outros autores se destacaram nesse período em relação ao estudo do espaço, mas seus trabalhos foram muito influenciados por Friedrich Ratzel, Vidal de La Blache e Richard Hartshorne. Por isso realizamos uma análise mais centrada sobre eles. O modo como o espaço era abordado só mudou com o advento da *Nova Geografia*, que passou a priorizar essa categoria, lançando as bases para que a mesma alcançasse a importância que possui hoje.

3. A ABORDAGEM ESPACIAL DURANTE A NOVA GEOGRAFIA

A corrente geográfica que denominamos de *Nova Geografia* surgiu após o final da Segunda Grande Guerra, em um período marcado por transformações científicas e tecnológicas em diversas áreas do saber e em um ritmo acelerado e intenso

De acordo com Azevedo e Barbosa (2011), o paradigma tradicional da Geografia já não era suficiente para explicar novos processos e fenômenos trazidos pelas recentes tecnologias e pela nova organização mundial, assim como também era incapaz de continuar mascarando a nova realidade trazida pelo período pós-Guerras. Por isso, é importante ressaltar que essa nomenclatura *Nova Geografia* não diz respeito a uma antiga Geografia, como se uma nova ciência surgisse, mas que simplesmente se baseia em uma corrente filosófica diferente, o positivismo lógico, e em novas abordagens e perspectivas.

Ao se chamar um acontecimento de novo, há a pressuposição da existência de algo mais antigo que, ao se contrapor, pode ser chamado de velho. Desta maneira, a utilização dos adjetivos *novo* e *velho* serve para rotular dois conjuntos diferentes na Geografia, com as suas ideias, concepções teóricas e implicações no procedimento do geógrafo. Tais adjetivos não revelam uma sucessão precisa no tempo, pois na atualidade existem trabalhos científicos sendo produzidos sob ambas as perspectivas. (CHRISTOFOLETTI, 1976, p. 01).

Mas e o espaço? Como ele passou a ser abordado dentro desse paradigma geográfico? Antes de avançarmos nessa discussão, precisamos lembrar que essa categoria geográfica, hoje tida como o objeto central nessa disciplina, nem sempre foi tratada dessa maneira, tendo a importância que possui atualmente. De acordo com Christofolletti (1976) tal discussão só começou a ganhar destaque graças aos escritos de Ullman (1954) e Watson (1955). Até então as categorias paisagem e região detinham grande importância nos estudos geográficos tradicionais.

Christofolletti (1976) explica que o objetivo maior nesse período era definir um objeto central para a Geografia, tendo em vista que os critérios regionalistas e as análises da paisagem haviam sido muito presentes durante a Geografia Tradicional e já não davam conta de, sozinhas, explicar a realidade de maneira satisfatória. O autor explica que tais abordagens expressavam de forma muito coerente a relação entre o homem e a natureza, mas não possibilitavam uma compreensão precisa sobre a totalidade.

O desenvolvimento da Geografia com base no estudo da paisagem, procurando descobrir as harmonias e os traços dominantes em cada área, tinha como finalidade a compreensão da 'totalidade da paisagem'. Todavia, ao estudar a paisagem, os geógrafos não procuravam levar em conta todos os seus aspectos, mas selecionar os mais significativos [...]. (CHRISTOFOLETTI, 1976, p. 12. Grifo do autor).

Dessa forma, as categorias paisagem e região se tornaram insuficientes para compreender a nova conjuntura internacional surgida após a Segunda Guerra Mundial. Passa a se utilizar então o conceito de *Sistema Espacial* (ou *Organização Espacial*) para tentar responder aos novos questionamentos impostos à Geografia.

Houve, portanto, uma transformação no objeto da Geografia, trazendo maior precisão a seus objetivos. A Geografia, pois, pode ser definida como a *ciência que estuda as organizações espaciais*. A delimitação e precisão de seu objetivo estabelece critérios para se propor a escala dos fenômenos a serem analisados, os elementos componentes das estruturas e a classificação dos fatos geográficos. Em decorrência, penetramos no assunto da própria divisão da ciência geográfica. Logicamente, o sistema organização espacial é composto de elementos e relações (processos). Os elementos correspondem às categorias de fatos geográficos, que são caracterizados por diversos atributos. A denominação das categorias de fatos e dos processos, realizada pelo emprego de adjetivos diferenciadores, refletirá as classes e a subdivisão da Geografia. (CHRISTOFOLETTI, 1976, p. 14. Grifo do autor).

Dessa forma, Christofolletti (1976) define dois conceitos de espaço: o primeiro é denominado por ele de *espaço absoluto*, que está diretamente baseado na noção de localização absoluta. Ou seja, o espaço pode ser localizado com precisão a partir de instrumentos cartográficos como mapas, cartas e redes de coordenadas. Essa noção de espaço tem como função localizar a ocorrência de fenômenos e objetos e delimitar sua área de atuação.

A segunda noção espacial, denominada de *espaço relativo*, vai além do espaço absoluto, pois não leva em consideração unicamente os delimitadores cartográficos e geométricos de determinados fenômenos e objetos, mas também o seu comportamento, ou seja, as suas movimentações dentro dessa área (espaço). Essa noção relativa do espaço está intimamente ligada ao tempo e ao movimento, e está atrelada diretamente à localização relativa.

A *localização relativa* é a posição que um lugar ocupa em relação às outras localidades, podendo ser expressa das mais diversas maneiras (em tempo de percurso, em custo dos transportes, em frequência de comunicações e outras técnicas). Enquanto a posição absoluta dos lugares permanece constante, fixa, a posição relativa pode sofrer transformações com o decorrer do tempo, em virtude das inovações técnicas e dos meios de circulação e comunicação, fazendo com que haja aproximação e intensificação dos contatos. (CHRISTOFOLETTI, 1976, p. 16. Grifo do autor).

A partir de Christofolletti, podemos perceber que o conceito de espaço, apesar de ter ganhado mais importância em relação à Geografia Tradicional, ainda aparece de forma muito descritiva. A análise dos fenômenos não possui muita importância, mas sim suas localizações.

Suertegaray (2001) explica que todas essas transformações e concepções científicas trazidas no período pós-Segunda Guerra permitiram falar de um novo espaço. Ela corrobora a ideia de Christofolletti e afirma que os conceitos de espaço absoluto e relativo foram amplamente utilizados durante a Nova Geografia. “Neste contexto, os geógrafos passaram a falar de espaço como algo definível a partir de variáveis pré-estabelecidas, definidas *a priori*, a partir dos objetivos de delimitação.” (SUERTEGARAY, 2001, p. 03). Assim, o espaço pode ser representado em cartas e mapas, possuindo uma delimitação clara. Essa é uma definição clássica e geral, mas alguns autores fizeram contribuições importantes que aprofundaram essas noções de espaço.

David Harvey em seu livro *Justiça Social e a Cidade* (1980), difere um pouco dos pensamentos de Christofolletti a respeito do espaço. Enquanto este trabalha em uma visão sistêmica e organicista - para ele o espaço é um organismo, um todo sistemático funcionando e buscando harmonia - Harvey trata o espaço como um conjunto de relações de conflitos contraditórios que produzem uma realidade em que a harmonia é efêmera. O conflito, portanto, é o motor das transformações. Em síntese, Harvey aborda o espaço sob uma perspectiva dialética, tratando-o ao mesmo tempo como *absoluto, relativo e relacional*. Trata-se de uma abordagem mais complexa, pois o espaço é absoluto enquanto existência material, relativo se comparado a outros objetos, e relacional, pois contém e está contido em outros objetos.

O espaço, portanto, não é um objeto simples, mas existe somente na medida em que contém e representa dentro de si relações com outros objetos. Logo, o espaço pode se transformar rapidamente, adquirindo outros significados e interpretações, dependendo sempre das circunstâncias. Assim, David Harvey corroborou significativamente para a ideia de espaço enquanto absoluto e relativo, tão norteadores dentro das concepções da Nova Geografia, e acrescentou ainda a noção de *espaço relacional*.

Vale destacar que alguns geógrafos alinhados com essa corrente neopositivista, como Nystuen (1968 *apud* Corrêa, 2000), consideram a Geografia como uma ciência espacial. Na visão deles, os fenômenos sociais e naturais devem ser descritos e analisados sobre uma mesma ótica. Análises sobre a vegetação, a hidrografia, a população e o tipo de economia, por exemplo, devem ser feitas com o mesmo método. “O espaço geográfico pode assim ser representado por uma única matriz e sua expressão topológica, o grafo.” (CORRÊA, 2000. p. 22).

Portanto, é inegável que durante a Nova Geografia, o espaço ganhou mais destaque, sendo inclusive tratado como o objeto geográfico. Todavia, diversas críticas foram feitas ao longo dos anos direcionadas tanto para essa corrente quanto ao modo como ela abordou os conceitos geográficos, em especial o espaço, que embora passasse a ideia de um conceito renovado e moderno, acabou caindo em definições semelhantes aos da vertente tradicional da Geografia, ou seja, era muito limitado e dava excessiva ênfase à distância e à descrição. Tais críticas levaram alguns geógrafos a pensar em uma nova forma de abordar o espaço (e outras categorias), visto agora sobre um olhar mais crítico.

Foram justamente esses novos olhares feitas à abordagem espacial dentro da lógica neopositivista e tradicional que possibilitaram um novo tratamento sobre esse conceito geográfico, estabelecendo-o definitivamente como o principal pilar da Geografia, sobre o qual as demais categorias e a maioria dos estudos geográficos passariam a se basear: a concepção de espaço na Geografia Crítica.

4. A GEOGRAFIA CRÍTICA E A NOVA ABORDAGEM ESPACIAL

Por volta de 1970, a Geografia Crítica emerge no cenário mundial tendo como princípios norteadores a dialética e o materialismo histórico. Fazendo críticas contundentes tanto à Geografia Tradicional quanto à Nova Geografia, o espaço volta a aparecer como um dos centros de debates e discussões, se efetivando definitivamente como o objeto central da Geografia. (LEFÉBVRE, 2000). Intensificam-se os debates na comunidade de geógrafos visando estabelecer novos métodos de análise mediante as mudanças econômicas e sociais que vinham ocorrendo no mundo após a Segunda Guerra Mundial.

No caso da geografia, a crise tornou-se mais grave porque a acumulação de equívocos cristalizou o erro e cada progresso aparente era, na verdade, um passo gigantesco para trás. Foi assim que a geografia pode ser definida, desde sua fundação, mas sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, por um conjunto de postulados que, ao invés de ajudar a descoberta do real, contribuía para escondê-lo. (SANTOS, 2004, p. 120).

Desde o advento da Geografia enquanto disciplina autônoma, o espaço vinha sendo considerado como um “receptáculo ou um espelho externo da sociedade.” (CORRÊA, 2000, p. 24). Sobre esse tratamento, Lefébvre (2008), tece algumas críticas, afirmando que o espaço possui um papel fundamental nas análises totalitárias do sistema. Para o autor, essa categoria não deve ser vista simplesmente como ponto de partida e muito menos como ponto de chegada de determinadas análises, recebendo a alcunha de “absoluto” ou “relativo”. O espaço não é um simples fruto da sociedade (embora a mesma contribua grandemente sobre ele), mas um *lócus* onde se reproduzem as mais diversas relações sociais, econômicas e de produção. Trata-se, portanto, de uma categoria ampla, complexa e que não pode ser medida através de simples cálculos e medições.

Essa crítica ao espaço proposta por Lefébvre, baseada no materialismo histórico e na dialética, ganhou grande repercussão na época e foi abordada e aprofundada por diversos geógrafos, inclusive Milton Santos (1977) que propôs o conceito de *formação socioespacial*, defendendo a ideia de que as sociedades apenas se concretizam devido ao espaço, e este só se torna inteligível graças à sociedade. Trata-se, portanto, de uma relação mútua, na qual um influencia e recebe influência do outro. Espaço e sociedade não podem jamais ser abordados de maneira separada ou individual.

O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm que se adaptar. São as formas que atribuem ao conteúdo novo *provável*, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real. (SANTOS, 1977, p. 89, grifo do autor).

Assim, o modo de produção não envolve apenas relações sociais, mas todos os aspectos imateriais decorrentes dessas. São as necessidades econômicas, políticas e sociais que impulsionam as transformações espaciais e geram a totalidade, pois o espaço só se reproduz em sua totalidade quando esta evolui em função do modo de produção. (SANTOS, 1977).

Dessa forma, para que possamos realizar uma análise espacial completa, Milton Santos (1997) propôs quatro categorias de análises: a *forma*, que é o aspecto visível e exterior de um objeto (casa, bairro, cidade); a *função*, que corresponde à atividade ou o papel que o objeto exerce (habitação, trabalho, lazer); o *processo*, que se configura como uma ação que se realiza de modo contínuo e visa um resultado qualquer; e a *estrutura*, que diz respeito ao tipo de organização social e econômico de um dado espaço em um determinado tempo.

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais. (SANTOS, 1977, p. 92).

Portanto, a partir dos apontamentos feitos por Milton Santos em suas obras, podemos definir o espaço, dentro dessa correte crítica, da seguinte forma:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portando, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama forma pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social. (SANTOS, 1988, p. 10).

Não estamos afirmando, com isso, que apenas a definição de Milton Santos para a categoria espaço seja a única ou a correta, pelo contrário, vários autores têm se debruçado sobre o tema. Mas, para a elaboração deste trabalho, optamos por analisar apenas as ideias de Milton Santos, visto que o mesmo é um dos autores mais recorrentes sobre esse assunto.

Ressaltamos ainda que, embora haja diferenças quanto ao tratamento do espaço na literatura geografia, uma grande parte dos autores que seguem essa linha crítica concordam que o modo como o espaço vinha sendo abordado era deveras descritivo e não possibilitava aprofundamentos analíticos sobre os fenômenos e objetos espaciais. A partir da Geografia Crítica, o espaço é reafirmado enquanto o objeto principal da geografia, o qual deve ser estudado mediante todos os seus elementos (naturais, sociais, econômicos, populacionais etc.) de forma conjunta.

Portando, a partir dessa corrente denominada de Crítica, o espaço passa a ser encarado através de uma integração maior entre as questões sociais e espaciais a partir do estudo da realidade, principalmente à luz dos modos de produção e das formas socioeconômicas impostas pelo capitalismo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço geográfico é, sem dúvida, o principal objeto da Geografia nos dias atuais. Aparecendo como a principal categoria geográfica sobre a qual todas as demais estão baseadas, vimos que possui uma riqueza de definições e muitas abordagens diferentes. Todavia, ficou claro que o espaço nem sempre teve a importância que possui hoje, pelo contrário, tal fato só se concretizou a algumas décadas atrás.

Durante a Geografia Tradicional, o espaço aparecia de forma um tanto quanto vaga, sendo confundido, inclusive, com o conceito de território e abordado de maneira inferior às principais categorias da época, como a paisagem e a região. Com o advento da Nova Geografia, a situação se inverte e começam as discussões que visavam inserir o espaço como o principal objeto dessa ciência. A preocupação, no entanto, era mais em delimitar seu tamanho do que propriamente compreendê-lo.

Por fim a Geografia Crítica estabeleceu definitivamente o espaço como objeto principal da Geografia. A partir de então o objetivo passa a ser o de discutir as problemáticas sociais, ambientais, econômicas, etc. que estavam inseridas dentro dessa categoria de análise.

5. REFERÊNCIAS

AZEVEDO José Roberto Nunes de; BARBOSA, Tulio. A Geografia Quantitativa: ensaios. **Espaço em Revista**, v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/16893>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP-Espaço e tempo**, v. 11, n. 22, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74066/77708>. Acesso em: 31 nov. 2020.

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. **Desenvolvimento sustentável: o paradigma territorial a partir do conceito de espaço vital de friedrich ratzel - 1844 – 1904**. 2000. 99 f. Dissertação (Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado) da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/634/1/Rosmari.pdf>. Acesso em 10 nov. 2020.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. As características da nova geografia. **Geografia**, vol. 1, n. 1, 1976. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14720/11362>. Acesso em: 11 dez. 2020.

CORRÊA. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato de (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. 1 ed. (brasileira). São Paulo: Hucitec, 1980.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante. Geografia e leitura do espaço: aportes introdutórios. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 10, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs/>. Acesso em: 09 dez. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira; Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos. 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RATZEL, Friederich. Geografia do Homem (AntropoGeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as categorias da geografia: espaço, território, e paisagem. **Caminhos de Geografia**, v. 9, n. 27, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15724/8897>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949>. Acesso em 08 nov. 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec. 1988.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel. 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 5, n. 93, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 09 dez. 2020.